

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobrelôja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Gilberto Motta (MTb 957/SC)
Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)
Tiragem: 800 exemplares

Nº 1064

Servidores em SC aprovam paralisação no dia 25

Servidores do Judiciário Federal de SC fizeram na terça-feira, dia 19, paralisação de 24 horas em luta pela aprovação do PCS. Às 17 horas foi realizada Assembleia na JF na Capital, com a aprovação de nova Assembleia no TRT no dia 24, às 13h30, e paralisação de 24 horas no dia 25, próxima terça-feira.

O movimento foi bastante positivo na JF, onde servidores de vários municípios do estado deram mais um dia para, com a paralisação, forçar o Legislativo a aprovar a revisão salarial, visto que o cronograma está cada vez mais apertado. Na Assembleia em Florianópolis foi enfatizado que, se os servidores de SC não se engajaram na luta nacional, em um contexto no qual a Greve já iniciou em vários estados, a categoria corre o risco de ficar mais um ano sem reajuste.

No estado, os servidores do Foro Trabalhista de Criciúma reuniram-se no átrio das 15 às 16, debateram e fizeram protesto pela aprovação do PCS da categoria. Deliberaram por encaminhar proposta ao Sindicato e à Federação para que a Greve no Judiciário deva ter uma data única no país, a exemplo do que acontece em outras categorias como bancários, correios, entre outras. Outro assunto foi a mobilização dos aposentados, que é inexpressiva na categoria, sendo que essa mobilização é fundamental porque os aposentados também recebem os mesmos reajustes de quem está na ativa, o que foi resultado da luta da categoria. Cerca de 50% dos servidores também pararam na Justiça Federal de Criciúma.

Brusque também aderiu à paralisação. Os servidores discutiram os modelos remuneratórios e outros assuntos pertinentes à categoria, como a redução da jornada de trabalho para 6 horas diárias, em função de o trabalho

ser realizado exclusivamente no computador, o que se assemelha à profissão de digitador, a qual já tem a jornada reduzida legalmente. Os servidores ressaltaram que os valores constantes no PL 6613/09, o PCS, foram apresentados em 2008, encontrando-se já defasados, tendo em vista o decurso de mais de três anos.

MAIS PRESSÃO

A disposição dos servidores da JF precisa crescer e animar os colegas da JE e JT. Vale lembrar que o projeto de congela salários foi aprovada em uma Comissão da Câmara dos Deputados e segue agora para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, última instância antes da votação do texto em plenário (veja no verso).

O fato levou a Fenajufe a orientar a categoria para fortalecer a Greve e as paralisações, já que o PLP 549, de congelamento salarial, já passou na CFT, enquanto que os PLs 6613/09 e 6697/09, PCSs do Judiciário e MPU, permanecem paralisados na Comissão. "O governo mostra que quer dar celeridade ao congelamento salarial e também ao projeto que privatiza a previdência [PL 1992/07], que já tem o pedido de urgência para ser votado em plenário", finaliza a federação. "Temos que continuar trabalhando pela aprovação do reajuste da categoria, mas sem deixar de atuar pela rejeição do PLP 549, uma vez que ele inviabilizará, caso seja aprovado, não só o nosso reajuste, mas também todo e qualquer debate de aumento salarial o funcionalismo público", afirma Jean Loiola, da Federação.

CONFIRA NO SITE ONDE HOVE PARALISAÇÃO EM SC.

Venha para a luta pelo PCS!

CFT aprova relatório contrário ao mérito do PLP 549/09 (congelamento salarial), mas favorável à adequação orçamentária

Servidores do Judiciário Federal e do MPU de vários estados voltaram, nesta quarta-feira, 19, à Câmara dos Deputados para acompanhar a sessão da Comissão de Finanças e Tributação da Casa [CFT]. Desta vez, além de reivindicar a aprovação do reajuste salarial, os manifestantes também pediram a rejeição do PLP 549/09, que limita os gastos com funcionalismo público pelos próximos dez anos. O parecer do relator, deputado Pepe Vargas [PT-RS], contrário ao mérito do PLP 549/09, foi aprovado por unanimidade.

O assessor parlamentar da Fenajufe, Antônio Augusto Queiróz explica, no entanto, que Pepe Vargas, no seu parecer, não tratou sobre a inadequação orçamentária e financeira do projeto, razão pela qual a matéria não será arquivada. Ainda assim, segundo, Toninho do Diap, "como se trata de projeto de lei complementar [PLP], o parecer das comissões temáticas serve para instruir a matéria, que necessariamente será votada em plenário. Portanto, a proposição em questão não tem caráter conclusivo, nem tampouco terminativo nos colegiados".

No mérito, o relator rejeitou a proposição porque

entre outras razões entende que "o período de vigência do projeto, 10 anos, é extremamente longo, dado o grau de incerteza acerca da operacionalização e dos resultados das medidas a partir dos parâmetros estabelecidos no projeto de lei complementar. Existe o risco da medida se revelar inadequada às reais necessidades de gestão de recursos humanos ou do próprio controle de gastos".

O projeto segue agora para apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, última instância antes da votação do texto em plenário.

Congelamento salarial precisa ser rejeitado

Durante a sessão da CFT, os servidores presentes protestaram, gritando palavras de ordem como "PCS já, congelamento não!". O objetivo da manifestação foi pressionar os membros da Comissão a votar o reajuste salarial e rejeitar o PLP 549/09. Na ocasião, eles entregaram abacaxi a alguns deputados, com a frase: Deputado, não transforme o Judiciário Federal e o MPU num abacaxi. Aprove os PLs 6613/09 e 6697/09 e rejeite o PLP 549/09!

O presidente da CFT, deputado Cláudio Puty [PT-PA], ficou visivelmente incomodado com a pressão e disse, interrompendo a manifestação dos servidores presentes, que o compromisso da Comissão é votar o PCS no dia 26 de outubro, próxima quarta-feira. "Vocês não têm o direito a voz aqui. O nosso acordo é votar o projeto no dia 26", afirmou Puty, que foi imediatamente contestado. Alguns manifestantes gritaram, dizendo que o acordo não foi fechado com os servidores e prometendo que na próxima semana retornarão para protestar na Comissão.

Em relação ao PLP 549/09, a decisão da CFT não encerra a luta dos servidores, uma vez que, como a rejeição do relator foi quanto ao mérito, o projeto não será arquivado na Comissão, que tem a prerrogativa de apreciar a adequação orçamentária e financeira dos projetos. Por isso, a categoria deve continuar as mobilizações contra o congelamento salarial.

Na avaliação do coordenador geral Saulo Arcangeli, "a votação favorável ao relatório do deputado Pepe Vargas foi muito ruim para os servidores, porque se o mesmo votasse pela inadequação orçamentária o projeto seria arquivado, cabendo recurso por parte do governo ao plenário". De acordo com ele, da forma como o projeto foi votado, ele seguirá sua tramitação normal na Comissão de Constituição e Justiça.

Da Fenajufe

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL

Pelo presente Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina que ASSEMBLEIA GERAL no dia 24 de outubro do ano de 2011, segunda-feira, às 13h30, na rampa do TRT, na Capital, com os seguintes pontos de pauta:

- a) Informes;
- b) Encaminhamentos da luta pelo PCS;
- c) Paralisação no dia 25/10;
- d) Autorização para ação judicial;
- e) Propostas da categoria para o Planejamento Estratégico do TRT;
- f) Autorização para o uso do Fundo de Mobilização e Luta.

Florianópolis, 20 de outubro de 2011

Coordenação Geral do SINTRAJUSC